



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 224/XII/4.ª SL**

**16.dezembro.2014 – 15h00**

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 8, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 445XII/4ª, da iniciativa de Dulce de Sousa Gonçalves – Solicitam a alteração do n.º 2 do artigo 42.º do DL n.º 132/2012 e que a integração nos quadros cumpra a lista única de graduação a nível nacional - 16h30**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado autor do parecer:** Carlos Enes - PS

**5. Petição n.º 439XII/4ª, da iniciativa de Raul Peixoto que Solicitam uma intervenção de conservação, reparação e restauro da Igreja de Serzedelo, em Guimarães**

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada autora do parecer:** Ana Sofia Bettencourt - PSD

**6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência, para que preste esclarecimentos sobre o enquadramento da escola pública, nomeadamente sobre as seguintes matérias: municipalização da educação, financiamento da rede e oferta pública.**

- **Apreciação e votação**

**7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Secretário de Estado da Cultura para que preste esclarecimentos sobre a demissão do conselheiro artístico do Teatro S. Carlos.**

- **Apreciação e votação**

**8. Criação de um Grupo de Trabalho da Ciência**

**9. Outros assuntos**

**10. Data da próxima reunião**

6 de janeiro de 2015



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## 2. Aprovação de ata

A ata n.º 223-XII-4.<sup>a</sup>, da reunião de 9 de dezembro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que iria realizar-se na Assembleia da República, no dia 21 de janeiro (4.<sup>a</sup> feira), um Seminário do Conselho Nacional de Juventude (CNJ), evento que já tinha merecido a concordância da Comissão.

Para que o evento decorresse fora do horário da sessão plenária, o CNJ propunha entretanto a sua realização no dia 27 de janeiro (terça-feira), durante a tarde. A Presidente da Assembleia da República (PAR) informava ainda que o evento também contaria com a participação dos Deputados da Comissão de Segurança Social e Trabalho e solicitava a articulação entre as duas Comissões.

Nesta sequência, foi dado acordo à mudança de data do evento e à articulação com os Deputados da Comissão de Segurança Social e Trabalho.

3.2. Indicou depois que a PAR tinha solicitado parecer da Comissão para a realização no Parlamento, no dia 30 de janeiro de 2015 (sexta-feira), da “2.<sup>a</sup> Conferência da Liberdade de Escolha da Escola”, uma iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Educação e da Confederação Nacional de Educação e Formação. O Gabinete da PAR tinha ainda indicado que o evento deveria realizar-se à tarde, uma vez que nas 6.<sup>as</sup> feiras de manhã se realiza a reunião plenária.

Foi dado acordo à realização do evento, com a sugestão de que fosse salvaguardado espaço para a intervenção dos representantes dos Grupos Parlamentares.

3.3. Na sequência da distribuição dos relatórios das audiências à Associação de pais e encarregados de educação da escola da Ramada (com alterações), à Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM) e à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo/AEEP, o Presidente questionou se havia propostas de alteração, não se tendo registado intervenções.

3.4. O Presidente da Comissão informou que teria lugar no dia 18, às 14 horas, a audição do Sindicato Nacional dos Psicólogos, no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, *Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade* – e à mesma hora realizar-se-ia uma audiência à Associação de Pais do Orfeão de Leiria, presidida por um Deputado-piloto (Luís Fazenda), aberta a todos os Deputados. Tendo questionado se algum Deputado considerava haver objeções a essa coincidência de reuniões, não foi indicada nenhuma.

4. [Petição n.º 445/XII/4.<sup>a</sup>](#), da iniciativa de Dulce de Sousa Gonçalves – Solicitam a alteração do n.º 2 do artigo 42.º do DL n.º 132/2012 e que a integração nos quadros cumpra a lista única de graduação a nível nacional - **16h30**

A delegação dos peticionários era composta pelos docentes Dulce de Sousa Gonçalves, Paula Cristina Francisco e Vitor Manuel da Costa Martins.

Os docentes referiram em primeiro lugar que a matéria era de grande relevância para os docentes e só não estavam presentes mais por estarem no final do período letivo e serem muitas as tarefas inerentes.

Fizeram depois uma apresentação (disponível na [página da Comissão, na internet](#)), fundamentando a discordância em relação ao regime do n.º 2 do artigo 42.º do [Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 junho](#), na redação dada pelo [Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio](#) - “os contratos a termo resolutivo sucessivos celebrados com o Ministério da Educação e Ciência em horário anual e completo, no mesmo grupo de recrutamento, não podem exceder o limite de 5 anos ou 4 renovações”.

Nesse sentido, argumentaram o seguinte:

1. O preceito em causa estabelece uma limitação à contratação;
2. É discriminatório no acesso à função pública;
3. Exige 5 anos em horário completo no mesmo grupo de recrutamento, quando os docentes concorrem a todos os grupos em que são profissionalizados, não tendo a possibilidade de controlar as variáveis impostas por concursos que consideraram ineficientes;  
Caso pretendam vincular, os docentes ficarão impedidos de se candidatar a mais de um grupo de recrutamento; apesar do reconhecimento das suas habilitações para a docência, em conformidade com legislação em vigor;
4. Verifica-se uma desarticulação entre o regime de vários preceitos legais, invocando a desarmonia deste regime com o que vigorará a partir de janeiro de 2015, por exemplo, em relação à caducidade do contrato;
5. São discriminados os professores que tenham mais de cinco anos de funções docentes, mas mais recentemente tiveram horários incompletos;
6. São discriminados os docentes contratados com mais tempo de serviço;
7. Não é valorizado o facto de docentes com 10 ou mais anos de serviço terem formação acreditada e até pós graduações, mestrados ou doutoramentos; o que representa um investimento na sua profissão, que beneficia os alunos e o trabalho pedagógico que é realizado com estes;
8. Os docentes contratados são discriminados em relação a outros trabalhadores, para os quais é prevista a vinculação ao fim de 3 contratos sucessivos;
9. O regime em causa viola várias outras normas, nomeadamente: os artigos 13.º e 47.º da Constituição da República Portuguesa, os artigos 23.º, 143.º e 148.º do Código do Trabalho e o artigo 60.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Nesta sequência, solicitaram que o artigo 42.º seja alterado e se valorize o tempo total de serviço letivo, independentemente do grupo de recrutamento; procedendo-se, no presente ano letivo, a um concurso nacional, externo e interno, de modo a colmatar as injustiças entretanto ocorridas.

Deram, depois, exemplos da situação dos 3 docentes presentes, com mais de 5 anos de serviço, alguns com horários incompletos apenas no último ano letivo e, outros, com funções em mais de um grupo de recrutamento nos últimos anos letivos.

Interveio de seguida a Deputada Isilda Aguincha (PSD), tendo indicado que tem havido vontade de vincular docentes e no ano em curso já tinham sido vinculados 2.600, prevendo-se mais vinculações, para além de que iria ser aberto um concurso interno para ajustamento de colocações. Referiu depois o ajustamento dos quadros de zona pedagógica, com menos docentes com horários zero e defendeu que estavam a ser adotadas várias medidas para vinculação de docentes e para irem ao encontro das expectativas dos docentes, das escolas e da educação.

Informou ainda que no dia seguinte seria feita no Plenário a abordagem do [Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio](#) e referiu que acreditava que o ano de 2015 seria melhor do que o que estava em curso.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou que a legislação existente tinha mais virtudes do que defeitos e referiu que a matéria estava também em análise no âmbito da preparação de uma

Diretiva comunitária. Referiu ainda que o a alteração do [Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 junho](#) pelo [Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio](#), seria discutida no dia seguinte no Plenário.

A Deputada Rita Rato (PCP) indicou que os Decretos-Lei eram da iniciativa do Governo, mas na Assembleia da República podia ser pedida a respetiva apreciação, pelo que o Decreto-Lei n.º 83-A/2014 seria objeto de discussão no Plenário no dia seguinte, no âmbito da [Apreciação Parlamentar n.º 88/XII](#) e todos os Grupos Parlamentares podiam apresentar propostas de alteração em relação ao mesmo. Referiu que o PS não fez vinculação de professores e realçou que nos últimos anos se tinham aposentado mais de 40.000 docentes. Informou que no âmbito da apreciação da Proposta do Orçamento do Estado para 2015 tinham proposto a realização de um concurso geral externo e um interno intercalares e que os mesmos passassem a ser anuais, não tendo as mesmas sido aprovadas.

Considerou que o critério proposto pelos peticionários, com respeito pela lista única nacional de graduação, é o menos imperfeito e por último, informou que o PCP vai apresentar propostas de alteração ao Decreto-Lei em causa, incluindo para o artigo 42.º, bem como em relação à revogação da prova de avaliação de conhecimentos e competências, da qual discordam.

O Deputado Carlos Enes (do PS e relator da petição) referiu que o Ministério da Educação e Ciência aceitou que o docente possa ter competências para mais de um grupo de recrutamento, mas penalizava-o nesse caso. Fez depois a separação entre as necessidades transitórias e as permanentes e indicou que o PS defende condições igualitárias de acesso à carreira.

Os peticionários referiram depois que a nova legislação tinha virtudes mas também limitações e propuseram a alteração da expressão “mesmo grupo de recrutamento” por “independentemente do grupo de recrutamento”, bem como que seja feito um concurso interno e outro externo em 2015. Indicaram que a norma do artigo 42.º abrange muitos docentes, louvaram as vinculações já feitas, mas indicaram que se verificavam muitas injustiças.

Reiteraram a indicação de que os docentes ficavam no grupo de recrutamento em que conseguiam vaga e o apelo de que o regime fosse alterado, valorizando-se a lista nacional de graduação, salientando que os colegas com menos tempo de serviço podiam ser reconduzidos em horários completos e por isso ficavam favorecidos em relação aos que tinham horários incompletos em alguns anos.

A documentação entregue pelos peticionários e a gravação da audição estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. **[Petição n.º 439/XII/4.ª](#), da iniciativa de Raul Peixoto** que Solicitam uma intervenção de conservação, reparação e restauro da Igreja de Serzedelo, em Guimarães

A pedido da relatora da petição, Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), a apreciação do relatório final da mesma foi adiada para a primeira reunião de janeiro.

6. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência**, para que preste esclarecimentos sobre o enquadramento da escola pública, nomeadamente sobre as seguintes matérias: municipalização da educação, financiamento da rede e oferta pública.

O requerimento foi apresentado pelo Deputado Acácio Pinto (PS), que justificou a importância de o Senhor Ministro prestar esclarecimentos, nomeadamente, sobre a municipalização da educação – indicando que a Assembleia da República não tem conhecimento da documentação do processo - e os atrasos nos pagamentos no ensino especial, profissional e artístico e solicitou a vinda urgente, antes do final do ano.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Interveio depois o Deputado Amadeu Albergaria (PSD), referindo que o PSD estava disponível para discutir a matéria, mas indicando que o Ministro tem vindo assiduamente à Assembleia da República para prestar variados esclarecimentos e defendendo que o processo em curso não era de municipalização, mas de descentralização de competências e os projetos respetivos estavam a ser discutidos nos órgãos municipais competentes, Assembleias Municipais e Conselhos Municipais, bem como nas escolas respetivas.

Indicou que a descentralização teria lugar em mais áreas, para além da Educação e pediu a associação e o acordo dos Grupos Parlamentares. Argumentou que se tratava de um projeto proposto e não imposto, que era um projeto piloto, para avaliação e terminou com a referência de que a próxima audição do Ministro estava marcada para 27 de janeiro, pelo que o mesmo poderia prestar todos os esclarecimentos nessa data.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) indicou que o Ministro já explicou a situação em 2 audições, a pedido do CDS-PP e considerou que não havia urgência, dado que o mesmo já vinha a uma audição em janeiro, tendo informado que não acompanhava o requerimento.

A Deputada Rita Rato (PCP) informou que acompanhava o requerimento e realçou que o PS não tinha dito que era contra a municipalização. Perguntou depois qual era a previsão da matriz de responsabilidades em relação à contratação de professores pelas Câmaras e enfatizou que o Governo não assume a matriz de transferência de responsabilidades para as autarquias.

O Deputado Acácio Pinto (PS) argumentou que os Conselhos Gerais das escolas e os Diretores das mesmas não têm conhecimento dos processos e que no âmbito da discussão da Proposta de Orçamento do Estado, o Ministro e o Secretário de Estado não clarificaram a matéria. Esclareceu que concordavam com a descentralização de certas matérias para as autarquias, mas não com outras, defendeu que o processo estava envolto em secretismo e era tratado nas costas dos agentes educacionais e argumentou que a vinda do Ministro em 27 de janeiro não representava um tempo útil para a prestação de esclarecimentos em relação àquele processo, bem como em relação aos pagamentos no ensino profissional, especial e artístico.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) indicou que havia escolas cujos Conselhos Gerais já tinham dado concordância ao processo e outros pediram mais elementos, o mesmo se passando com as autarquias, concluindo que o debate estava a verificar-se, de forma ampla. Referiu ainda que se tratava de um projeto piloto, em diferentes autarquias, nomeadamente nas assembleias municipais e o que o desafio estava em debate nas autarquias.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) informou que Cascais já tem um processo de integração entre a autarquia e as escolas públicas, tendo pedido um estudo a uma universidade sobre a matéria, indicou que não estava prevista a transferência de competências no âmbito dos professores e referiu que usa o termo cogestão.

A Deputada Rita Rato (PCP) pediu indicação das escolas cujos Conselhos Gerais foram envolvidos no processo.

O Deputado Luís Fazenda (BE) fez referência a uma gestão curricular flexível e defendeu que o processo precisava de debate.

A Deputada Odete João (PS) referiu que também havia necessidade de debate em relação ao financiamento das escolas, alegando que havia situações de professores e funcionários sem ordenado há quatro meses. Enfatizou ainda a situação de crianças que se encontravam em casa por não terem escola.

O Deputado Acácio Pinto (PS) reiterou o pedido de anuência da maioria, viabilizando a audição do Ministro, a concretizar até ao final do ano e informou que o Presidente do Conselho de Escolas tinha indicado que não tinham informação sobre o processo.

Após o debate, o requerimento foi rejeitado com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos Deputados do PS, PCP e BE.

Nesta sequência, o Deputado Acácio Pinto (PS) indicou que apresentavam um requerimento potestativo para audição do Ministro da Educação e Ciência, com o mesmo texto do requerimento que tinha sido apreciado e reiterou o pedido de vinda urgente.

O Presidente da Comissão informou que a respetiva comunicação escrita seria enviada ainda naquele dia.

#### **7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Secretário de Estado da Cultura, para que preste esclarecimentos sobre a demissão do conselheiro artístico do Teatro S. Carlos.**

A Deputada Gabriela Canavilhas (PS) fez a apresentação do requerimento, referindo que a posição do conselheiro artístico do Teatro S. Carlos – que teria pedido a demissão - não era clara e manifestando a discordância do PS em relação à reação do Secretário de Estado da Cultura, impondo a demissão de todo o conselho de administração, tendo realçado que esta ainda não tinha tido sequência. Assim, realçou que a complexidade e a importância da matéria justificavam a audição do Secretário de Estado sobre a matéria.

A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) indicou que o PSD também acompanha a preocupação com o Teatro S. Carlos e a OPART, realçou que a audição seguinte do Secretário de Estado da Cultura seria em 13 de janeiro, pelo que o mesmo poderia nessa data dar as explicações necessárias e salientou que não viam razões para a vinda do mesmo antecipadamente. Indicou ainda que também o PSD queria esclarecimentos e que o processo não estava concluído.

Na sequência do debate, o requerimento foi rejeitado com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos Deputados do PS, PCP e BE.

#### **8. Criação de um Grupo de Trabalho da Ciência**

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou a proposta do PSD de criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento da matéria da Ciência, em vez dum Relator temático, para passar a ser feito com a participação de todos os Grupos Parlamentares.

Não se tendo registado outras intervenções, o Presidente da Comissão submeteu a proposta a votação, tendo, no entanto, a Deputada Odete João (PS) solicitado o adiamento da mesma para a reunião seguinte, pelo que a votação foi agendada para 6 de janeiro.

#### **9. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

#### **10. Data da próxima reunião**

6 de janeiro de 2015



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**

Ata aprovada na reunião da Comissão de 6 de janeiro de 2015.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Heloísa Apolónia  
Isilda Aguincha  
João Prata  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Diana Ferreira  
Inês Teotónio Pereira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques  
Elza Pais  
Inês de Medeiros  
Maria da Conceição Caldeira  
Pedro Delgado Alves